



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO N.º PR2025323/204

Aquisição de serviços e bens para a requalificação do Laboratório de Metrologia do Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto.



PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1.º

Objeto

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços e bens para a requalificação do Laboratório de Metrologia do Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto, de acordo com os Termos de Referência descritos na parte II do Caderno de Encargos, sendo adotado o procedimento de Ajuste Direto, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual [adiante designado por CCP].
2. O **preço base** (valor máximo a pagar) é **15 940,00€**, sem IVA incluído.

Artigo 2º

Local de Entrega dos Bens

Os bens /serviços deveram ser entregues no Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto, sito na Rua Peso da Régua, s/n, 4300-409 Porto, dentro do horário de funcionamento.

Artigo 3º

Obrigaçã de Sigilo

O adjudicatário obriga-se ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade contratante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.

Artigo 4º

Dados Pessoais

1. Os Outorgantes comprometem-se a respeitar o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) em vigor e demais legislações nacionais aplicáveis aos dados pessoais.
2. O Primeiro Outorgante enquanto responsável pelo tratamento dos dados fornecidos, informa que os mesmos serão utilizados para garantir a adequada execução do contrato, nomeadamente identificação do Segundo Outorgante e faturação ao abrigo do Código dos contratos Públicos.
3. Os dados pessoais fornecidos serão conservados apenas durante o período de execução do contrato, podendo ser mantidos de acordo com as exigências legais inerentes à finalidade do tratamento para que foram recolhidos.

Artigo 5º

Gestor do Contrato

O gestor do contrato, nos termos previstos no art.º 290º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29/01, na sua redação atual, será devidamente indicado no contrato a celebrar.



Artigo 6º

Preço contratual

1. Pela aquisição dos bens/serviços objeto do contrato, incluindo o cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante pagará ao adjudicatário o preço contratual constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor.
2. Consideram-se, também, incluídos no preço a pagar, pela entidade adjudicante, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, referido nos termos do número anterior, todos os custos, encargos e despesas, nomeadamente, os relativos a alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, seguros, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros encargos legalmente devidos.

Artigo 7º

Revisão de preços

Não haverá lugar à revisão de preços durante a vigência do contrato.

Artigo 8º

Condições de Pagamento

1. Para efeitos de pagamento, o adjudicatário deve apresentar à entidade adjudicante a correspondente fatura com uma antecedência de 30 dias úteis em relação à data do respetivo vencimento e após a entrega e colocação dos bens em conformidade.
2. Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considera-se que a respetiva prestação só se vence nos trinta dias subsequentes à apresentação da correspondente fatura.
3. Na eventualidade do não cumprimento do prazo referido no n.º 2, aplicar-se-á a Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, que estabelece a obrigatoriedade do pagamento de juros de mora, calculados à taxa legal em vigor
4. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer.
5. O pagamento das faturas depende do conhecimento da situação tributária e contributiva do adjudicatário, devendo este deter a situação contributiva face à Segurança Social e Finanças regularizada.
6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida e /ou nota de crédito.
7. O Adjudicatário poderá formular reservas à retificação, notificando o IEFP, I.P. nos 10 dias úteis subsequentes ao conhecimento daquela.
8. Findo o prazo sem que o adjudicatário tenha reclamado, o IEFP, I.P. assumirá o silêncio como consentimento e exigirá a substituição da fatura ou crédito a que houver lugar.
9. Por seu turno, o IEFP, I.P. obriga-se a dar resposta às reclamações do adjudicatário, a que se refere o n.º 7, em prazo idêntico.



10. Em caso de desacordo sobre o montante indicado nas faturas, o IEFP, I.P. efetuará o pagamento relativo ao montante que entende aceitar, sem prejuízo de acerto posterior.
11. De todas as importâncias recebidas, deverá o segundo outorgante dar quitação através de recibo nos termos da legislação em vigor.

Artigo 9º

Cessão da Posição Contratual e Subcontratação

O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato ou subcontratar terceiras entidades, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 317º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29/01.

Artigo 10º

Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 11º

Incumprimento

Em caso de incumprimento das condições acordadas, o IEFP, IP reserva-se o direito de cancelar a encomenda no todo ou em parte salvo em casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados.

Artigo 12º

Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade contratante venha a ser demandada por alegadamente ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Artigo 13º

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos:
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
 - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O caderno de encargos;
 - d. A proposta adjudicada;



- e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3. Em caso de divergência entre os vários documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4. O adjudicatário obriga-se a entregar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de 2 dias úteis após a notificação de adjudicação:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Ofício convite;
 - b. Documento comprovativo que não se encontrem nas situações previstas na alínea b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP. No caso da alínea b) e h) do artigo 55º deve ser apresentado Certificado do Registo Criminal detalhado ou, na sua falta, de documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente (relativo aos impedimentos previstos no decreto-lei nº 18/2008) referente à empresa e a todos os titulares dos órgãos sociais de Administração, Direção ou Gerência em efetividade de funções.
 - c. Comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo com indicação do respetivo código de acesso, para cumprimento do disposto no artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
- 5. Nos termos do n.º 2 do art.º 85.º do CCP, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.
- 6. Quando se verificar o previsto no n.º 2 do artigo 86.º do CCP, o Adjudicatário será notificado para, no prazo de 2 (dois) dias, se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 7. Quando em resultado da audiência prévia referida no número anterior se verificar o previsto no n.º 3 do artigo 86º do CCP (facto não imputável ao Adjudicatário), o órgão competente para a decisão de contratar poderá conceder ao adjudicatário um prazo adicional de 5 (cinco dias) para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 8. O adjudicatário obriga-se a entregar toda a documentação necessária para a celebração do contrato, no prazo de 2 dias úteis após a notificação de adjudicação, nomeadamente:
 - a) Indicação do(s) representante(s) do Segundo Outorgante;
 - b) Declaração de delegação de competências para representação do adjudicatário na outorga do contrato, caso se verifique essa necessidade

Artigo 14º

Despesas

- 1. Todas as despesas derivadas da prestação das cauções e também as inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.
- 2. Correm igualmente por conta do adjudicatário, todas e quaisquer despesas, nomeadamente as de deslocação e estadia, em que este haja de incorrer em virtude da execução das obrigações que para aquele emergem do presente Caderno de Encargos e do Contrato.

Artigo 15º

Prevalência

- 1. Fazem parte integrante da relação contratual o Caderno de Encargos e a Proposta do Adjudicatário.



2. Em caso de dúvida prevalece em primeiro lugar o texto do Caderno de Encargos e, em último lugar, a proposta do adjudicatário.

Artigo 16º
Lei Aplicável

O contrato rege-se pela lei portuguesa.

Artigo 17º
Foro Competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal de Jurisdição Administrativa com sede em Lisboa.

TERMOS DE REFERÊNCIA

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Artigo 18º
Objeto

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços e bens para a requalificação do Laboratório de Metrologia do Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto, de acordo com as especificações técnicas descritas nos artigos seguintes deste Caderno de Encargos.

Artigo 19º
Local e Prazo de Entrega dos Bens

1. O adjudicatário deve entregar os bens/serviços objeto deste procedimento, por sua conta e risco, e proceder à sua execução nas instalações do Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto, sito na Rua Peso da Régua s/n, 4300-409 Porto.
2. Os serviços deveram ser efetuados integralmente, no prazo de 30 dias a contar da data de celebração do contrato e/ou envio da nota de encomenda.
3. A entrega dos bens deverá ser acompanhada de Guia de Remessa, Transporte ou fatura.

Artigo 20º
Caraterísticas Técnicas/Qualitativas

A aquisição dos serviços e dos bens objeto deste procedimento devem seguir as quantidades e características técnicas abaixo descritas:



MAPA DE QUANTIDADES			
Art.	Serviços	Unidades.	Quantidades
1	Serviços trolharia		
1,1	Soleira para porta pedonal 80cm x 15cm x 2cm	vg	1
1,2	Soleira para porta seccionada 2m x 15cm x 2cm	vg	1
1,3	Pintura de degraus da porta de entrada pedonal cor cinza	vg	1
2	Rede de ar comprimido para ligação das máquinas		
2,1	Tubagem para os pontos de ar comprimido e acessórios para ligação da rede	vg	1
2,2	Ponteiras ani-ligação AR-17/B-1/2 M AH020803	un	7
2,3	Enrolador de mangueira de ar 8x12mm 15m - 2084 a fixar nas paredes laterais	un	3
2,4	Anti-filtro regul. E/24/2P - 3/8 AH116903	un	1
2,5	Sopradores de ar a colocar nos enroladores	un	3
2,6	Serviços de picheleiro	vg	1
3	Materiais e Afins		
3,1	Tapete para entrada da porta pedonal para colocar no interior 2m x 1m	un	1
3,2	Cabide para colocação de roupas	un	2
3,3	Chaveiro para colocação de chaves	un	2
3,4	Relógio para colocação na sala	un	1
3,5	Borracha de proteção das mesas 1,60m x 0,80m	un	6
3,6	Placa sinalizadora de saída junto à emergência	un	1
3,7	Placa de sinalização de quadro elétrico	un	1
3,8	Placa sinalizadora de extintor	un	1
3,9	Película opaca para colocar nos vidros do portão basculante	un	1
3,10	Película opaca para colocar nos vidros da porta pedonal	un	1
3,11	Cópia das chaves da porta de entrada	un	2
4	Materiais Sanitários		



4,1	Lavatório + Válvula + Sifão + Torneira + Acessórios	un	2
4,2	Suporte de papel	un	2
4,3	Saboneteiras para colocação de gel de mãos	un	2
4,5	Caixotes do lixo com tampa	un	3
4,6	Secadores de mãos	un	2
5	Parte elétrica		
5,1	Telerruptores elétricos para montar no quadro elétrico	un	2
5,2	Botões a colocar junto à porta pedonal	un	2
5,3	Q.E. eletrificado	un	1
6	Ar Condicionado		
6,1	Maquia A.C. interna 18mil BTU	un	2
6,2	Unidade exterior - AC	un	1
6,3	Tubagem cobre isolado + cablagem e drenagem com mini motor dos condensados	un	1
6,4	Alimentação das máquinas com proteção em Q.E.	un	1
7	Multimédia		
7,1	Vídeo projetor com suporte e 3m de cabo HDMI	un	1
7,2	Quadro Didático 3x1,2m	un	1
7,3	Colunas Som básicas 1 via c/ Jack 3,5mm	un	1
7,4	Switch 8 portas IP - Rede RJ45	un	2
7,5	Router wifi p/ teto	un	1
8	Serviços		
8,1	Serviços de pichelaria (mão de obra)	vg	1
8,2	Serviços de eletricista (mão de obra)	vg	1

Artigo 21º
Condições Gerais

O presente procedimento obedece às seguintes condições gerais:

- a) O fornecimento dos bens/serviços inclui a entrega e execução no local indicado no artigo 19º.
- b) As características indicadas no artigo 20.º destinam-se a possibilitar a identificação mínima do pretendido.
- c) **Aconselha-se a visita ao local da instalação, para verificação correta das dimensões e do pretendido.**

Solicitar visita para daniel.c.machado@iefp.pt